



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0864279

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Formação de registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos. Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 8/2022) com alterações. Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 113 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

**02.** O relato completo do procedimento, até a sua aprovação pela autoridade administrativa, está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 11**, de 18/01/2022 ([0781161](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste relato. Mais recentemente, após duas tentativas inexitosas de levar a cabo a formação do registro de preços pretendido pelos oito órgãos partícipes, esta unidade novamente concluiu pela possibilidade jurídica da repetição do certame com as alterações formatadas pela unidade demandante, tudo registrado no **Parecer Jurídico n. 77**, de 06/07/2022 ([0853968](#)). Nessa mesma linha foi a manifestação do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

titular da SAOFC ([0853968](#)) e assim restou autorizada pela Autoridade Administrativa ([0855908](#)).

**03.** Contudo, por meio da Informação n. 72, de 21/07/2022 ([0858543](#)), a Coordenadora da COMAP noticiou que fora ajustado entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, a alteração da modelagem da contratação. Assim, **ao invés de insistir no lote único para todos os serviços, fazê-la por item**, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). Todavia, segundo relata, por equívoco, quando da elaboração do TR n. 6/2022 ([0842993](#)) foram reproduzidas regras que mantiveram a licitação de todos os serviços em lote único e assim, após a tramitação regular, o certame foi autorizado pela Diretoria-Geral, de acordo com o item 3 do Despacho 866/2022 ([0855908](#)).

**04.** Continua a Coordenadora da COMAP esclarecendo que, quando o processo aportou na SLC para a redação do edital, o Pregoeiro observou a contradição, já que o Parecer Jurídico n. 77/2022 ([0853968](#)) opinara pela contratação itenizada. Constatado o equívoco e que a insistência dessa regra poderia prejudicar o desfecho pretendido para o certame, solicitou o retorno do processo para os devidos ajustes no TR e seus anexos.

**05.** Em função dos referidos ajustes, veio ao processo o novo **TERMO DE REFERÊNCIA N. 11/2022/COMAP** ([0858530](#)) com pequenos ajustes na forma indicada pela informação da COMAP e os novos anexos do modelo de proposta ([0858534](#)) e da declaração de disponibilidade ([0858541](#)). Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, o conjunto de documentos foi considerado em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0864119](#)).

**06.** também em função das alterações promovidas no TR, foi elaborada nova minuta do futuro contato pela SECONT, juntada ao processo no evento ([0864244](#)).

**07.** Assim, o processo foi enviado para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**09.** Releva registrar que o termo de referência em análise, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do Parecer Jurídico n. 11, de 18/01/2021 ([0781161](#)) e, mais recentemente pelo **Parecer Jurídico n. 77**, de 06/07/2022 ([0853968](#)), este último, adotado por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

**10.** Pode-se acrescentar que não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para garantir a itenização dos diversos resíduos sólidos que compõe o objeto dos serviços, na forma ajustada pelos oito órgãos que integram a contratação compartilhada, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). E, registre-se, na busca de finalmente, levar a cabo o registro de preços pretendido.

**11.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0864244](#), adequou a redação da CLÁUSULA TERCEIRA de acordo com o novo TR, para registrar o regime de execução de **empreitada por preço unitário**. Assim, considerando os demais elementos dela constantes, tem-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### **III – CONCLUSÃO**

**12. Pelo exposto**, considerando ainda os elementos que constam no **Parecer n. 77/2022**, da lavra desta unidade jurídica ([0853968](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade, como parte integrante deste, naquilo que aplicável, opina esta Assessoria Jurídica:

**I -** Considerando os elementos que constam do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP** ([0858530](#)), também analisados em seus aspectos formais pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão, tem-se que o referido instrumento parece conter em sua forma



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008;

**II - Pela viabilidade na formação de registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços objeto do referido TR, pelo procedimento licitatório **na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;**

Tratando-se da formação de registro de preços, **tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária** para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013.

O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer **a forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993.

Destaca-se que a COMAP optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 1,0% (um inteiro por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

**III - Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no capítulo 5 do TR e analisados nos **itens 32 a 36** do Parecer Jurídico n. 77/2012, parte integrante deste;

**IV - Em razão de o preço estimado para cada um dos 15 itens do objeto - todos inferiores ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - o certame deverá ser destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** com fundamento no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015;

**V - Na busca da proposta mais vantajosa, tratando-se de critério de julgamento pelo menor preço, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019 e indicado no item 8.1.III do TR em análise.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.** Ainda, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica aprova a minuta do contrato que regulará os termos da contratação ([0864244](#)), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

**14.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 25/07/2022, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0865172** e o código CRC **C8F97F97**.